



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERHI

**MINUTA MOÇÃO CERHI-RJ Nº XXX, DE XX DE XXXXXXXX DE 2017**

**RECOMENDA AO SENADO FEDERAL E À CÂMARA DOS DEPUTADOS A REJEIÇÃO AO PL 315/2009, QUE PROPÕE A ALTERAÇÃO DO PERCENTUAL DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA (CFURH) AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**

O **CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, instituído pela Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, no uso das suas atribuições legais, e considerando:

- a Nota Informativa 01/2017/SUBAI, da Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro, de 14 de setembro de 2017;
- o Ofício SEA nº 341/17, dirigido ao Sr. Cidinho Santos, Senador Federal;
- o teor do PL 315, que propõe a **alteração dos percentuais de distribuição da CFURH e *Royalties* de Itaipu a Estados e Municípios**;
- que a distribuição atual da CFURH, de 45% aos estados e 45% aos municípios impactados pelos reservatórios das UHEs, seria alterada para 25% aos estados e 65% aos municípios;
- que seriam retirados de 22 estados da federação recursos financeiros para investimentos na implementação dos sistemas de meio ambiente e recursos hídricos, que beneficiam a totalidade dos municípios integrantes dos respectivos estados;
- que apenas 13% dos municípios brasileiros seriam beneficiados pelo PL, ou 716 dos 5570 municípios;
- a existência de Fundo Estadual de Recursos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro, cujas receitas principais constituem-se na parcela da CFURH destinada ao Estado e na cobrança pelo uso da água de domínio estadual;
- que o montante aproximado da CFURH ao Estado Rio de Janeiro, da ordem de R\$7 milhões de reais por ano, é inteiramente destinado à área de recursos hídricos; estes recursos são essenciais para a efetivação do exercício do órgão gestor e executor da política de águas fluminense, bem como para o fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI), especialmente permitindo o pleno estabelecimento e funcionamento das entidades gestoras e executoras locais, representadas pelos Comitês de Bacia e suas respectivas Entidades Delegatárias de funções de agência de água;
- ser a totalidade dos municípios fluminenses beneficiada com as ações desenvolvidas pelo Órgão Gestor Estadual de Recursos Hídricos, assim como com a atuação regionalizada e estruturada dos Comitês de Bacia, uma vez que os municípios configuram-se no *locus* da execução das ações planejadas em benefício da quantidade e qualidade das águas nas respectivas regiões hidrográficas;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERHI

- o favorecimento, no caso de aprovação do PL 315, de apenas 14 dos 92 municípios fluminenses, que concentram 6% da população do Estado, sem, no entanto, haver vinculação de aplicação dos recursos auferidos em benefício da gestão ambiental local;
- **o abalo significativo, e de tal monta, no caso de aprovação do PL 315, que praticamente inviabilizaria o sistema fluminense de gestão das águas e a continuidade dos contratos em vigor;**

**RECOMENDA AO SENADO FEDERAL E À CÂMARA DOS DEPUTADOS:**

A **rejeição ao PL 315/2009**, pelas graves consequências aos sistemas estaduais de meio ambiente e gestão das águas, particularmente ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (SEGRHI).

Rio de Janeiro, xx de xxxxxx de xxxx

Maria Aparecida Pimentel Vargas  
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos